DOI: 10.5748/16CONTECSI/AIS-6098

CORPORATE GOVERNANCE: DETERMINING THE RECOGNITION OF LOSSES BY IMPAIRMENT OF GOODWILL

COORPORATIVA: DETERMINANTE PARA O RECONHECIMENTO DAS PERDAS POR *IMPAIRMENT* DO GOODWILL

Luiza Monique de Castro Faria - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - luizamonique.castro@gmail.com
Robert Aldo Iquiapaza - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - riquiapaza@gmail.com
Ronilson Soares Alves - Universidade Federal de Minas Gerais - soaresronilson@hotmail.com
Juliano Lima Pinheiro - Universidade Federal de Minas Gerais - jlp@gold.com.br

Abstract

This paper seeks to examine if there are associations between the disclosure of the loss of goodwill impairment by expectation of future profitability and corporate governance of companies. In order to achieve this goal, we used the logit regression model. The study population comprised the 100 Brazilian publicly traded companies, listed in the theoretical portfolio of the IBrX100 index, with data between the years 2011 and 2016. At the end, 515 observations were made in the 7-year period analyzed. The results showed that the associations between the impairment loss and the economic factors vary according to the strength of corporate governance. However, it was not confirmed that the associations between economic factors and impairment losses are stronger for the sub-sample of differentiated governance.

Keyword: Corporate Governance, Impairment Test and Goodwill.

Resumo:

Este trabalho busca examinar se há a associações entre a divulgação da perda de impairment do ágio por expectativa de rentabilidade futura e a governança corporativa das empresas. A fim de alcançar esse objetivo, utilizou-se do modelo de regressão logit. A população do estudo compreendeu as 100 empresas brasileiras de capital aberto, listadas na carteira teórica do índice IBrX100, com dados entre os anos de 2011 a 2016. Ao fim foram realizadas 515 observações no período de 7 anos analisado. Os resultados evidenciaram que as associações entre a perda de impairment do e os fatores econômicos variam de acordo com a força da governança corporativa. Entretanto não se confirmou que as associações entre fatores econômicos e perda por impairment são mais fortes para a sub-amostra de governança diferenciada.

Palavra chave: Governança Corporativa,Teste de Impairment e Goodwill.

1. INTRODUÇÃO

Os órgãos internacionais de contabilidade, como o *International Federation of Accountantes* (IFAC) e o *International Accounting Standars Board* (IASB), veio construindo o conceito de harmonização das normas e práticas contábeis. O primeiro passo para a proliferação desta harmonização foi dado em 2005, quando União Europeia tornou obrigatória a adoção das IFRS (Larson & Street,2006). De acordo com o relatório divulgado pelo IFRS e o IASB no primeiro semestre de 2017, são 150 países já adotaram o IFRS sendo 29% da região Europeia, 15% da África, 9% do Oriente Médio, 22% da Ásia e Oceania e 25% da América.

O Brasil passou a adotar as normas do IFRS com a lei 11.638/2007 e a lei 11.941/2009, o qual introduziram importantes conceitos do direito societário, tendo sido adaptados conceitos legais bastante utilizados em economias mais desenvolvidas alinhando, assim, a normatização brasileira com esses países (Antunes, Grecco, Formigoni & Neto,2012).

Deste período em diante foram várias as implementações realizadas nas normas contábeis, sendo uma delas, a redução ao valor recuperável do ativo ou *impairment*, divulgada pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, por meio da publicação do pronunciamento técnico CPC 01(2010), o qual caracterizou que um ativo deverá sofre redução em seu valor contábil quando, após serem deduzidas as depreciações, amortizações ou exaustão, o seu valor registrado na contabilidade for superior ao valor recuperável.

Desta forma, quando o valor de mercado de algum ativo cai ou quando o ativo trazer menores benefícios futuros do que o previsto, é necessário testar se o fluxo de caixa, não descontado, a ser gerado pelo ativo caiu abaixo do valor contábil líquido (Stickney & Weil, 2001). Por assim ser, há algumas maneiras de calcula e mensurar esta diferença, sendo uma delas o teste de *impairment,* o qual a norma vem exigindo para que seja aplicado aos ativos das instituições, sendo, neste estudo evidenciado essa perda para os ágios por expectativa de rentabilidade futura.

Conforme descrito no CPC 01 (2010) o ágio por expectativa de rentabilidade futura, também denominada de goodwil, é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de um outro ativo advindo de uma combinação de negócio, cuja a separação e o reconhecimento seja difícil de se desmembrar. Schmidt e Santos (2009) citam que a forma de avaliação do *goodwill* e sua natureza fazem dele um dos temas mais complexos da contabilidade. É um ativo intangível não-identificável e de maior relevância para a empresa, entretanto é de difícil mensuração (Hendriksen & Breda, 1999).

A prática do *impairment* para os ativos intangíveis consiste em comparar o valor contábil do ativo intangível e o seu valor justo. Se o valor contábil do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou *goodwill*, exceder o valor justo, uma perda por *impairment* será reconhecida devido a esta desvalorização (Santos,2003). O teste de *impairment* do *goodwill* requer julgamentos e estimativas subjetivas e complexas na preparação de demonstrações financeiras, conforme KPMG (2014). Em ambientes distintos e com qualidades de governança variadas este procedimento flexível poderá ser utilizado para dois caminhos opostos, representar a realidade econômica da empresa, ou, por outro lado, podem ser usadas de forma oportunista.

Silveira (2010) considera que para uma governança ser eficiente ela deve assegurar que as melhores decisões serão tomadas conforme o interesse dos acionistas a longo prazo. A perda de *impairment* do *goodwill* afeta significativamente o lucro líquido da empresa, e como o teste de *impairment* do ágio permite muita flexibilidade para a administração torna-se importante compreender a influência da governança corporativa nesta decisão.

Desta forma, este trabalho busca identificar, **qual a associação entre a governança corporativa e a perda de *impairment* de ágio?** Assim, objetiva examinar

se há a associações entre a divulgação da perda de *impairment* do ágio e a governança corporativa das empresas. Os estudos anteriores, nacionais e internacionais, buscaram examinar a associação entre a governança e a qualidade de informação, utilizando de suas várias proxies relatórios financeiros fraudulentos, divulgação voluntária, qualidade de competência, gerenciamento de ganhos e conservadorismo (Gabriel, 2011, Ahmed & Duellman, 2007; Cheng & Courtenay, 2006; Peasnell, 2005).

Além daqueles que analisaram a associação entre governança corporativa e os resultados dos relatórios financeiros (Brown, Beekes & Verhoeven 2011). Há também os estudos que demonstraram como os gestores determinam a perda por *impairment* do *goodwill* (Zang, 2008), a interferência da concentração de propriedade na tomada de decisão em relação à aplicação do teste de *impairment* do *goodwill* nas empresas brasileiras (Santos, Dani & Klann, 2015).

Dentro do acervo de pesquisas nacionais foram identificadas poucas pesquisas que tivesse examinado a associação entre governança corporativa e perda de *impairment* do ágio. No âmbito internacional, Kabir e Rahman (2016), aplicaram este estudo na Austrália, o qual consideram que a preocupação decorrente do uso extensivo de estimativas gerenciais e julgamentos nas decisões de desvalorização do *goodwill*, devendo-se investigar o papel da governança corporativa nessas decisões. Assim, a pesquisa, como descrita, torna-se importante para a academia, acrescentando a possibilidade de novos estudos a área, ao utilizar associações pouco estudadas nas pesquisas brasileiras.

O estudo também pode auxiliar os órgãos normalizadores, investidores e demais usuários das informações contábeis, evidenciando que um sistema mais forte que dirige monitora e incentiva os relacionamentos entre sócios, conselho de administração e diretoria, representaria em suas informações a perda de *impairment* do *goodwill*, e a utilização deste sistema mitigaria o uso oportunista da discrição contábil envolvida nas decisões reversão da perda por redução ao valor recuperável.

2. REFERENCIAL

2.1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A origem da governança corporativa ocorreu nos EUA com a necessidade de delimitar a atuação dos gestores nas empresas, já que, o país sofria com a enorme dispersão da propriedade do capital e do elevado grau de independência obtida pela direção das companhias. (Dubeux, 2001).

Andrade e Rossetti (2006) ressaltam que há critérios que possibilitam que as definições de governança corporativa (GC) sejam divididas em quatro grupos: Sistema de relações; estrutura de poder, sistema normativo e guardiã de direitos. Para o grupo que as define como sistema de relações, a GC age como um sistema de ligação entre os acionistas, o conselho de administração e a direção executiva, os quais são definidas as responsabilidades de cada indivíduo. Ao que consideram como uma estrutura de poder, a GC determina e segmenta as relações de poder na firma. E, aqueles que avaliam como um sistema normativo a GC regulamenta, por um sistema de leis, contratos, normas, a estrutura pela qual as empresas tomam suas decisões.

Já para aqueles que a tratam como guardiã de direitos, como Shleifer e Vishny (1997), OECD (2004), Bertucci, Campos, Pimentel e Pereira (2008), definem governança corporativa como sendo mecanismos utilizados pelos fornecedores de recursos financeiros de forma a garantir o retorno sobre os seus investimentos. Corroborando com o autor a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2002) define que são práticas que aperfeiçoam o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital.

O modelo de governança corporativa latino-americano, apresentado por Álvares, Giacometti e Gusso (2008), no qual o Brasil se enquadra, é tido com características próximas aos modelos da Alemanha e Japão, sendo marcadas por uma forte concentração da propriedade nas mãos de poucos acionistas, alta concentração de poder nas mãos de um líder ou de uma instituição específica e participação direta do Estado nas empresas, seja como proprietário, seja como regulador das atividades produtivas. Andrade e Rossetti (2004) acrescenta outras características, como os mercados de capitais sendo pouco expressivo, baixa proteção legal a minoritários, composição dos conselhos afetado pela sobreposição propriedade-gestão.

Neste contexto apresentado a governança corporativa foi se desenvolvendo de forma a consolidar o mercado nacional. Segundo Álvares, Giacometti e Gusso (2008) uma boa governança corporativa é capaz de interferir positivamente no crescimento econômico de um país, ao contribui, por exemplo, para fortificar o mercado de capitais ao adotar práticas modernas e transparentes na gestão das empresas. Silveira (2010) relata que para ter uma boa governança, eficiente, são necessários diferentes mecanismos internos e externos a fim de assegurar decisões no melhor interesse de longo prazo dos acionistas, ressaltando como mecanismos internos o conselho de administração, sistema de remuneração e estrutura de propriedade, já como mecanismos externos chama atenção para a proteção legal aos investidores, possibilidade de aquisição hostil e grau de competição no mercado de produtos, fiscalização de mercado e estrutura de capital.

2.2. PERDA POR *IMPAIRMENT* DE *GOODWILL*

Na literatura os conceitos da perda por *impairment* são considerados por duas correntes com pontos de vista distintas (Vogt, Pletsch, Morás & Klann, 2010). A primeira corrente considera que há perda por *impairment* quando o valor justo dos ativos é inferior ao seu valor contábil (Meeting e Luecke,2002; Santos *et al*., 2003; & Seetharaman *et al*., 2006). A segunda corrente trata a perda como um dispêndio econômico, ou seja, uma perda nos benefícios futuros esperados do ativo, e para quantificar esta perda é necessário aplicar o teste de *impairment* . (Alciatore *et al.* ,2000; & Raupp e Beuren, 2006).

Entretanto, Vogt, Pletsch, Morás e Klann (2010) observa que, independente da corrente, é necessário compreender que a perda deve ser considerada sempre que o ativo estiver registrado na contabilidade por um valor superior ao seu valor recuperável, seja em função de seu valor justo, ou em função de seu valor em uso. O teste de recuperabilidade é a ferramenta possibilita realizar este reconhecimento, desta forma se o teste indicar que ocorreu um *impairment*, uma perda é contabilizada na quantia pelo qual o valor de cada ativo registrado excede seu valor justo (*fair value*) ou seu valor de uso.

O teste de *impairment*, sobretudo, está associado à dificuldade de mensuração dos ativos, e quando referimos o teste de *impairment* ao *goodwill* o grau de subjetividade ao cálculo só faz a aumentar. Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que os ativos intangíveis constroem uma das áreas mais difíceis da contabilidade, em parte por falta de uma definição concreta, mas principalmente devido às incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis.

O *goodwill*, entre os ativos intangíveis, tem recebido atenção especial em termos de normatização na aplicação do *impairment* test (Raupp & Beuren, 2006). Biancolino e Aramayo (2003, p.6) lista alguns passos para ser seguido quando o *goodwill* é submetido ao *impairment* test, sendo eles:

> • determinação do *fair value* da unidade de *reporting* como um todo;
> • determinação do *fair value* dos ativos líquidos passivos de reconhecimento;
> • registro da diferença entre o *fair value* dos ativos líquidos passivos de reconhecimento e o *fair value* da unidade de *reporting* como um todo. A diferença dará origem ao valor do *impairment* a ser aplicado sobre o *goodwill* da unidade de *reporting;*

• se o valor registrado do *goodwill* da unidade de negócio exceder o valor encontrado após a aplicação do *impairment*, o *goodwill* será reduzido pelo valor adicional encontrado e a perda deverá ser reconhecida.

2.3. GOVERNANÇA CORPORATIVA E A PERDAS POR *IMPAIRMENT* DE *GOODWILL*

O *goodwill* representa um desembolso realizado na perspectiva de alcançar benefícios econômicos futuros de ativos, para os quais a administração não conseguiu individualmente identificá-los e separadamente reconhecê-los. [CPC 01] (CPC,2010). Após a harmonização das normas contábeis serem adotadas no Brasil, o *goodwill* não deve ser mais amortizado e, sim, ter seu valor testado por *impairment* (Iudícibus, Martins, Gelbcke, & Santos,2010). E deve ser testado com relação à redução ao valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano segundo o CPC 01.

Zang (2008) evidenciou que as perdas por *impairment* são maiores quando tiver ocorrido uma mudança recente na gestão, pois justificam que tais perdas são decorrentes de ajustes da gestão passada. A normalidade é os gerentes utilizarem as estimativas de *impairment* do *goodwill* para sinalizar informações privadas aos investidores sobre a rentabilidade futura dos ativos da empresa. No entanto, o requisito de usar as estimativas e os julgamentos acima descritos cria oportunidades para que os gerentes manipulem para atender às metas de contratação gerencial (Kabir & Rahman, 2016).

Já a pesquisa de Gabriel (2011), que objetivou avaliar o impacto da adesão às práticas recomendadas de governança corporativa sobre a qualidade da informação contábil, constatou que para aumentar a qualidade da informação, deve-se investir no aprimoramento das práticas recomendadas de governança corporativa.

Na pesquisa internacional, Abughazaleh, Hares e Roberts (2011) buscou identificar se o *impairment* do *goodwill* está associado às alterações dos CEOs e à suavização de resultados, e desta forma verificou que a desvalorização do *goodwill* está fortemente associada aos mecanismos de governança, sugerindo que os gestores são mais propensos a exercer sua função e transmitir informações privadas sobre o desempenho da empresa, ao invés de agir de forma oportunista.

No entanto, esses estudos não examinam se a perda de *impairment* do *goodwill* está associada à realidade econômica, independentemente da força da governança corporativa. O papel da governança corporativa é importante porque, o regime de *impairment* do ágio permite grande discrição gerencial, que os gerentes podem usar oportunamente na ausência de uma forte governança corporativa.

Pinheiro (2014) analisou a existência de uma relação entre as perda por im e os respetivos resultados do período, pode se verificar nos resultados que seis empresas que recorrem às perdas por imparidade no *Goodwill*, tiverem evidências de manipulação de resultados e há outras duas empresas em que *Goodwill* é visto como um ativo sem importância.

Beatty e Weber, 2006, Godfrey e Koh, 2009 evidenciaram que a perda de *impairment* do ágio está associada tanto às realidades econômicas quanto aos incentivos à elaboração de relatórios. Kabir e Rahman (2016) justifica que na ausência da capacidade de reconhecer o ganho crescente e a perda reversa de *impairment* do *goodwill*, e na presença de incentivos contratuais, as empresas podem ser relutantes em reconhecer os riscos negativos. E neste contexto a governança corporativa poderia desempenhar um importante papel de monitoramento para assegurar que o regime de redução do valor recuperável reflita a realidade econômica da entidade.

Pesquisas anteriores indicam que uma boa governança corporativa monitora o exercício da discricionariedade contábil e melhora a qualidade dos relatórios financeiros. Por exemplo, Myers (2001) descobre que os comitês de auditoria parecem ser mais

efetivos na redução do tamanho da reestruturação e outros encargos discricionários quando o comitê de auditoria tem pelo menos um membro que tem experiência contábil ou financeira relacionada. Nelson *et al*. (2002) relatam resultados que sugerem que os auditores são menos propensos a renunciar a tentativas de gerenciamento de lucros que aumentam a renda do ano corrente e mais prováveis de renunciar às tentativas que consideram imateriais. Becker *et al*. (1998) e Francis *et al*. (1999), que os clientes dos auditores não *Big Six* relatam maiores valores discricionários absolutos do que os auditores do *Big Six.* As *Big Six* que na época representavam as seis maiores empresas de auditoria.

Assim, é provável que uma governança corporativa diferenciada assegure que a perda de *impairment* do ágio seja registrada quando existem indicadores econômicos de *impairment* de *goodwill*. Por outro lado, uma governança corporativa diferenciada provavelmente mitigará o uso oportunista das estimativas e julgamentos envolvidos no teste de *impairment* de *goodwill* resultante dos incentivos de contratação dos gerentes. Assim, as hipóteses são as seguintes:

H1. A associação entre fatores econômicos e perda de *impairment* do ágio é reforçada para as empresas com governança corporativa diferenciada do que para aquelas com governança corporativa moderada.

H2. A associação entre incentivos contratuais e perda de *impairment* de *goodwill* é maior para as empresas com governança moderada do que para aqueles com governança diferenciada.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de Pesquisa

A pesquisa se classifica, segundo seus objetivos, como descritivo, já que estabelece ligações entre distintas variáveis, procurando descrevê-las. Quanto a abordagem do problema é caracterizada por um estudo quantitativo, ao passo que se utiliza de testes estatísticos, como a utilização de regressão logit. Ao fim, quanto ao procedimento foi realizado uma análise documental, utilizando-se de dados secundários provenientes das notas explicativas às demonstrações contábeis (Martins & Theófilo,2009).

3.2. Amostra e fonte dos dados

A população do estudo compreendeu as 100 empresas brasileiras de capital aberto, listadas na carteira teórica do índice IBrX100, com dados entre os anos de 2011 e 2016. Optou-se por não incluir na análise empresas financeiras dado a as suas particularidades. Assim, a população foi composta por 81 empresas. A empresa é inicialmente incluída na amostra para o ano t, se possui dados para todas as variáveis presente no modelo. Os dados das demonstrações contábeis, exceto o ágio e perda de *impairment* do ágio, foram coletados da Economática, enquanto os dados sobre o ágio, perda de *impairment* do ágio e governança corporativa das empresas são coletados de seus relatórios anuais. Desta forma, ao fim foram realizadas 515 observações no período de 6 anos.

O índice IBrX 100 é composto pelas ações de companhias listadas na B3, antiga BM&FBovespa, cujo os indicadores do desempenho médio das cotações estejam entre os 100 maiores ativos negociáveis e representativos do mercado de ações brasileiro. Não sendo considerados as companhias em recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou que sejam negociados em qualquer outra situação especial de listagem (BM&FBovespa, 2012).

3.3. Descrição das variáveis

3.3.1. Variáveis dependentes

Para a pesquisa é utilizada a medidas para a variável dependente denominada DIMPEi, t uma variável indicador que leva um valor de um se a empresa i relatar perda de *impairment* do *goodwill* no ano t e zero de outra forma. (Elliott & Hanna, 1996)

Figura 1 – Variáveis dependentes

Variáveis Autores	Descrição	Fórmula	Coleta	
DIMPEi,t	Perda por *impairment* do goodwill análise descritiva	Variável Dummy: 1 se relata perda de impairment do goodwill, e 0 caso contrário.	BM&FBovespa	Elliott e Hanna, 1996

3.3.2. Variáveis independentes

3.3.2.1. Fatores Econômicos

Foram incluídas sete variáveis econômicos:

(a) crescimento de vendas (ΔVENDAi,t), mudanças de captura no desempenho do nível da empresa e mudanças negativas no desempenho podem indicar problemas financeiros nas empresas. Portanto, espera uma associação negativa à perda de comprometimento do ágio (Riedl, 2004).

(b) variação nos fluxos de caixa operacionais ao longo do ano (ΔFCOi, t) (Riedl, 2004), assim como a ΔVENDAi, t o ΔFCOi, t pode indicar problemas financeiros nas empresas. Está prevista uma associação negativamente à perda de valor recuperável (Riedl, 2004).

(c) uma variável de indicador para lucros pré-*impairment* (DPREIMPi,t) assume o valor de um, se o valor pré-*impairment* for positiva e zero de outra forma. A perda de *impairment* do goodwill poderá assumir associações positivas e negativas, conforme o desempenho do lucro, por exemplo, se for fraco os gestores poderão reportar menores perdas, ou se os gestores suavizem o lucro líquido divulgariam mais a perda de *impairment* do goodwill. Assim, não foi previsto a direção de associação entre DPREIMPi, t e perda de *impairment* do goodwill (Riedl, 2004).

(d) alteração no retorno médio das empresas sobre ativos (ΔROAi, t) foi incluído para capta mudanças nas condições econômicas específicas da indústria, e as empresas em indústrias em declínio são mais propensas a sofrer prejuízo do goodwill do que as de outras indústrias. Assim, espera-se uma associação negativa entre ΔROAi, t e perda de *impairment* do goodwill (Riedl, 2004).

(e) Relação entre o valor contábil e o valor de mercado (PL / VMi, t) o índice foi calculado dividindo o valor contábil do patrimônio líquido pelo valor de mercado do patrimônio líquido, e espera uma associação positiva entre a relação PL / Mi, t e a perda de *impairment* do ágio. (Ramanna e Watts, 2010; Ding, Zhang e Zhang, 2007).

(f) perda de desvalorização do ágio (IMPEi, t-1 ou DIMPEi, t-1), as empresas têm uma tendência a divulgar uma baixa de ativos no ano t se eles relataram uma baixa de ativos no ano t-1 (Elliott e Hanna, 1996).

(g) a taxa de crescimento do PIB (PIB), é o sétimo fator macroeconômico (Kabir & Rahman, 2016)

3.3.2.2. Incentivos à contratação

Foram incluídas quatro variáveis de incentivo contratuais no modelo desenvolvido por Kabir e Rahman (2016):

(a) alavancagem (ALAi,t), é medida dividindo o passivo total pelo total de ativos no final do ano t. Estudo apontam que há uma associação significativamente negativa entre alavancagem e amortização de ativos. (Fields *et al*., 2001; Riedl, 2004)

(b) tamanho (TAMi,t), medido como ativos totais no final do ano t. A literatura reproduz que os gerentes de grandes empresas tendem a fazer escolhas contábeis que minimiza a renda no ano atual, o que sugere uma associação positiva entre tamanho e prejuízo de goodwill. (Watts e Zimmerman, 1986).

(c) CEO primeiro ano (CEOIMi, t), leva o valor de um se o ano t é o primeiro ano do CEO da empresa i e zero caso contrário. Está variável é considerada já que pesquisas apontam que os novos CEOs tendem a ocultar , nos primeiros anos, resultados obtidos, para que possam trabalhar com lucros maiores em momentos oportuno. Assim espera uma associação positiva entre CEOIMi, t e perda de *impairment* (Pourciau, 1993; Riedl, 2004).

(d) CEO ultimo ano (CEOFMi ,t) tem um valor de um se o ano t é o último ano do CEO da empresa i e zero caso contrário. Ao contrário dos primeiros anos, os CEOs tendem a apresentar resultados inflados do lucro para aumentar o valor das opções de compra da empresa e o valor pessoal do gerente no mercado de trabalho gerencial. Portanto, uma associação negativa entre CEOFMi, t e perda de *impairment* do ágio é esperado.

3.3.2.3. Índice de Governança

O índice de governança baseia-se em seis indicadores de governança corporativa, o qual será adicionado 1 ponto para cada item obtido:

(a) independência do conselho - mais de dois terços dos membros do conselho forem diretores independentes - (Cheng e Courtenay, 2006)

(b) independência do comitê de auditoria - mais de dois terços dos membros do comitê de auditoria ser independentes- (Klein, 2002)

(c) Big 4 auditores - a empresa for auditada por um auditor Big 4- (Blokdijk *et al*., 2006; Francis e Wang, 2008)

(d) expertise financeira do comitê de auditoria - pelo menos um membro do comitê de auditoria é um contador profissional- (Dechow *et al*., 1996)

(e) frequência das reuniões do comitê de auditoria -o número de reuniões do comitê de auditoria está acima da mediana da amostra- (Xie *et al*., 2003)

(f) dualidade do CEO - CEO não ter cadeira no conselho- (Xie *et al*., 2003)

A literatura destaca que esses seis aspectos da governança corporativa restringem a discrição contábil da administração e estão associados a uma maior qualidade de relatório financeiro, ou seja, estão associados positivamente. (Becker *et al*., 1998; Blokdijk *et al*., 2006; Francis e Wang, 2008; Cheng e Courtenay, 2006; Peasnell *et al*., 2005; Klein, 2002; Abbott *et al*., 2004; DeZoort e Salterio, 2001; Dechow *et al*., 1996; McMullen e Raghunandan, 1996; Xie *et al*., 2003).

O índice de governança poderá ter um valor entre zero e seis, sendo zero a governança moderada e seis sendo a governança diferenciada (Kabir e Rahman,2016; Baber *et al*., 2012; Baber *et al*., 2013; Brown *et al*., 2011).

Figura 2 – Resumo das Variáveis independentes

Variáveis Autores	Descrição	Fórmula		Coleta
ΔVENDAi, t	Crescimento de vendas	Variação nas vendas da empresa i no ano t / vendas i,t-1	Economática	Duh *et al*., 2009; Riedl, 2004
ΔFCOi, t	Variação nos fluxos de caixa operacionais ao longo do ano	(FCOt - FCOt-1) / ATt -1	Economática	Riedl, 2004
DPREIMPi, t	Variável de indicador para lucros pré-*impairment*	Variável *Dummy*: 1 se a renda pré-impairment for positiva no ano, e 0 caso contrário.	BM&FBovespa	Riedl, 2004
ΔROAi, t	Variação no retorno médio dos ativos da empresa i no ano t,	Lucro L t – Lucro L t-1 / ATt – ATt-i	Economática	Riedl, 2004
TCPIBt	Taxa de crescimento do PIB	Taxa de crescimento do produto interno bruto no ano t,	IBGE	Riedl, 2004
PL / Mi, t	Relação entre o patrimônio líquido e o valor de mercado	Patrimônio líquido / Mercado da empresa i no ano t,	Economática	Ding,Zhang e Zhang, 2007
DIMPEi, t-1	Perda de desvalorização do ágio	Variável Dummy: 1 Se relatar perda de impairment do goodwill, e 0 caso contrário.	BM&FBovespa	Elliott e Hanna, 1996
ALAi,t	Alavancagem	Exigível total / Ativo total	Economática	Fields *et al*., 2001
TAMi,t	Tamanho	AT no ano	Economática	Watts e Zimmerman, 1986
DCEOIMi,	CEO primeiro ano	Variável *Dummy*: 1 se é o primeiro ano do CEO na empresa, 0 caso contrário	BM&FBovespa	Loh e Tan, 2002; Pourciau, 1993; Riedl, 2004
CEOFMi, t	CEO no ano passado	Variável *Dummy*: 1 se é último ano do CEO, 0 caso contrário	BM&FBovespa	Loh e Tan, 2002; Pourciau, 1993; Riedl, 2004
DIND	Segmento da atuação	Variável *Dummy*: 1 se é industria 0 caso contrário	BM&FBovespa	Riedl, 2004

3.4. Modelo

O modelo utilizado nesta pesquisa foi desenvolvido por Kabir e Rahman (2016), o qual foram aplicados para a amostra total é para ela subdividida em duas sub-amostras: a sub-amostra de governança diferenciada e a sub-amostra de governança moderada. Para essa segregação serão utilizadas as medianas dos graus de governança corporativa.

O modelo é estimado usando regressão logit, ou análise logit, por possuir como variável dependente, DIMPEi, t, uma variável binária, ou seja, assume um valor entre dois possíveis. A função logística trará como resultado valores entre 0 e 1, que evidenciará a probabilidade de ocorrência do evento em pesquisa. Sendo abordado de forma diferente do modelo de probabilidade linear (Pi= E(Y=1 | Xi) = β2Xi) já que pela abordagem linear uma variação pequena em X (índices econômicos, incentivos contratuais) para valores extremamente baixos ou altos, não seria provável identificar efeitos sobre a ocorrência do fenômeno em questão, relato da perda por *impairment*. (Gujarati 2006; Fávero,2009)

$$DIMPR_{i,t} = \alpha + \beta_1 \Delta VENDA_{i,t} + \beta_2 \Delta FCO_{i,t} + \beta_3 DPREIMP_{i,t} + \beta_4 \Delta ROA_{i,t} + \beta_5 PIB + \beta_6 PL/M_{i,t} + \beta_7 DIMPE_{i,t-1} + \beta_8 ALA_{i,t} + \beta_9 TAM_{i,t} + \beta_{10} CEOIM_{i,t} + \beta_{11} CEOFM_{i,t} + \beta_{12} DIND + \varepsilon_{i,t}$$

Diante ao apresentado, para as H1 sugere que as associações entre fatores econômicos (ou seja, ΔVENDAi, t, ΔFCOi, t, DPREIMPi, t, ΔROAi, t, PL / Mi, t e PIBt) e perda por *impairment* (ou seja, DIMPEi, t) são mais fortes para a sub-amostra de governança diferenciada do que para a sub-amostra de governança moderada. Por outro lado, H2 sugere que as associações entre as variáveis de incentivo de contratação (ALAi, t, TAMi, t, CEOIMi, t e CEOFMi, t) e perda de por impaiment (ou seja, DIMPEi, t) são mais fracas para a sub-amostra de governança diferenciada do que para a sub-amostra de governança moderada.

4. Análises e Resultados

4.1. Análises descritivas

Primeiramente será apresentado o comportamento das variáveis explicativas do modelo, analisando as médias, desvios - padrão, mínimos e máximos, dos índices econômico e os incentivos contratuais que compõe o modelo, além da matriz de correlação dos mesmos.

Tabela 1: - Análise das médias, desvios - padrão, mínimos e máximos das variáveis explicativas para o total da amostra

	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Coeficiente de variação
ΔVENDAi,t	0.0998	0.3681	-0.7768	5.0516	3.6881
ΔFCOi,t	0.0111	0.0851	-0.3090	1.0315	7.6761
ΔROAi,t	-0.0465	2.6069	-26.6248	17.6262	-56.1186
PL/Mi,t	0.8042	1.0728	-5.2279	8.2478	1.3341
PIB	-1.3704	2.5289	-3.8000	2.3000	-1.8454
ALAi,t	59.2822	19.9899	10.1957	141.6886	0.3372
TAMi,t	34097007.1301	100412281.5381	769011.0000	900135000.0000	2.9449

Fonte: Elaborada pelas autoras

Com base na tabela 3, percebe - se que as variáveis que apresentaram uma dispersão maior em relação à média, ou seja, maior desvio- padrão foi a variável ALAi,t e a variável TAMi,t sendo utilizado a proxy ativo total, por estarem de formas nominais, e não em porcentagem ou deflacionadas, prova disso é que ao retirar o log da variável TAM, o desvio padrão (0.547446369) já cai substancialmente e não se apresenta com proporções tão altas. Por assim ser, foi necessário analisar o coeficiente de variação o qual apresentaram as variáveis ΔROAi,t e ΔFCOi,t, com os maiores índices de dispersão dos dados comparado com o restante da amostra.

Tabela 2: - Matriz de correlação das variáveis explicativas para o total da amostra

	ΔVENDAi,t	ΔFCOi,t	ΔROAi,t	PL/Mi,t	PIB	DIMPEi,t-1	ALAi,t	ATi,t
ΔVENDAi,t	1							
ΔFCOi,t	0.1125	1						
ΔROAi,t	-0.0454	-0.0305	1					
PL/Mi,t	-0.1361	-0.0431	-0.0421	1				
PIBt	0.185	0.0656	-0.0286	-0.1048	1			
DIMPEi,t-1	0.0373	0.0638	0.0037	-0.0602	0.3524	1		
ALAi,t	-0.0031	-0.0923	0.0323	-0.1493	-0.1092	-0.2053	1	
TAMi,t	-0.0444	-0.0159	0.0424	0.2468	-0.0462	-0.0001	-0.0039	1

Fonte: Elaborada pelas autoras

Diante da matriz de correlação, expressa na tabela 4, é possível perceber que as variáveis explicativas do modelo não apresentam grau de correlação significativos, o que dão indícios que não há fontes de multicolinearidade capaz de interferir na análise da confiabilidade dos estimadores. O que foi confirmado pela estatística VIF, o qual apresentou o valor global de 1.48, portanto classificação menor que 5.00, o que confirma a ausência de multicolinearidade (FÁVERO et al., 2009; GUJARATI,2006).

4.2. Resultado desconsiderando a governança corporativa

Para esta analise foram consideradas toda a amostra, ou seja, as 515 observações, não considerando as diferenças de Governança Corporativa do modelo.

Tabela 3: Regressão Logit das variáveis analisadas.

Variáveis	Coeficiente	P-valor
ΔVENDAi, t	-0.2689	0.5540
ΔFCOi, t	-0.6461	0.6060
DPREIMPi, t	-0.4832	0.3450
ΔROAi, t	0.1843	0.0630
PL / Mi, t	-0.1623	0.2090
PIBt	-0.0489	0.1820
DIMPEi, t-1	1.1542	0.0030
ALAi,t	-0.0165	0.0100
TAMi,t	0.0000	0.0010
DCEOIMi,t	-0.6435	0.1830
CEOFMi, t	-0.0359	0.9100
DIND	0.6335	0.0070
CONS	-0.5048	0.4290

Pseudo R : 0,1118

LR: 63,73 **

** (Significativo a 5%)

Fonte: Elaborada pelas autoras

A análise da regressão logit apresentada na tabela 7, dada acima, mostra que são significativas as variáveis: ΔROAi, t (a 10% de significância), DIMPEi, t-1 (a 5% de significância), ALAi,t (a 5% de significância), TAMi,t (a 1% de significância) e DIND (a 1% de significância). O modelo apresenta significância global o que é verificado através da estatística LR que apresenta significância a 5%. Os parâmetros obtidos na estimação, dada acima, não podem ser interpretados. Para a análise dos efeitos das variáveis independentes sobre a variável resposta, faz-se necessária a análise dos efeitos marginais das variáveis sobre a probabilidade da variável resposta.

Tabela 4: Efeitos Marginais sobre o *Impairment*.

Variáveis	Efeito Marginal
ΔVENDAi, t	-0.0455
ΔFCOi, t	-0.1094
DPREIMPi, t	-0.0896
ΔROAi, t	0.0312
PL / Mi, t	-0.0275
PIBt	-0.0083
DIMPEi, t-1	0.1581
ALAi,t	-0.0028
TAMi,t	0.0000
DCEOIMi,t	-0.1192
CEOFMi, t	-0.0060
DIND	0.1156

Fonte: Elaborada pelas autoras

A análise da tabela 8, dada acima, permite verificar que o efeito marginal de -0,0455 informa que um aumento de 0,1 unidade na vari'ável ΔVENDAi,t causa uma redução de 0,00455 na probabilidade de empresa relatar a perda (*impairment*). De forma geral, as variáveis que apresentam um efeito de redução da probabilidade de a empresa relatar a

perda são: ΔFCOi,t, DPREIMPi, t, PL / Mi, t , PIBt, ALAi,t, DCEOIMi,t e CEOFMi, t. Uma variação de 0,1 unidade na variável Roa provoca uma variação de 0,00312 na probabilidade de a empresa relatar a perda. Apresentam comportamento análogo ao ΔROAi, t as seguintes variáveis: DIMPEi, t-1, TAMi,t e DIND.

Tabela 9: Classificação modelo Logit.

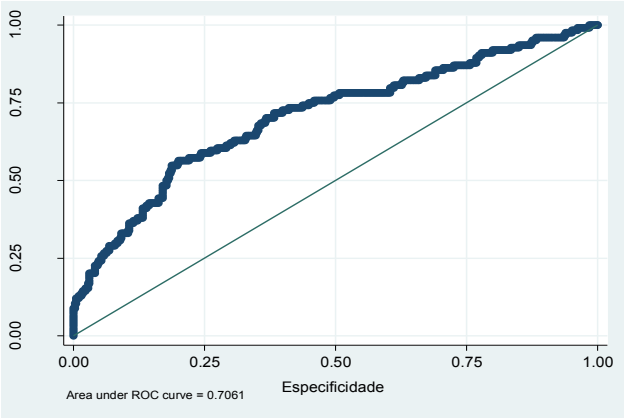
Situação	Classificação do Modelo		Classificação
	Relata a perda	Não relata a perda	
Relata perda	19.0000	10.0000	15,32%
Não relata a perda	105.0000	384.0000	97,46%
Percentual de classificação correta 77,80%			

Fonte: Elaborada pelas autoras

A análise da Tabela 9 permite verificar a expectativa de predição do modelo ou o percentual de classificações corretas feitas pelo modelo ajustado é de 77, 80%. Das 394 observações referentes ao não relato de perda o modelo classificou corretamente 97,46% das empresas. No que se refere ao relato de perdas o modelo classificou corretamente 15, 32% das 124 observações.

A figura 1, evidenciada a seguir, apresenta o a curva para a verificação de ajuste dos dados ao modelo Logit utilizado no estudo. A sensibilidade do modelo é de 15,32% e a especificidade é igual a 97,46%.

Figura 1: Gráfico de Ajuste do Modelo Logit – ROC.



Fonte: Elaborada pelas autoras

A análise da Figura 1 permite inferir que o modelo proposto se adéqua aos dados da presente pesquisa, uma vez que a curva de ROC o que se verifica pela curva de ROC dada na figura. Quanto maior a capacidade preditiva do modelo proposto maior a área sob a curva. No modelo desse estudo a área sob a curva é de 0, 7061 o que sugere que o Logit se ajusta aos dados do estudo.

4.3. Resultados com efeito da governança corporativa

Os resultados abaixo foram gerados a partir da segregação da amostra em duas sub-amostras, uma de governanças corporativas moderadas, os quais foram analisadas 292 observações, e uma segunda sub-amostra de governança corporativa diferenciada analisados em 226 observações da amostra total.

Tabela 10: Modelo Logit.

	Sub-amostra GC moderada		Sub-amostra GCDiferenciada	
ΔVENDAi, t	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor
ΔFCOi, t	-0.1381	0.8280	-0.1978266	0.8050
DPREIMPi, t	0.3553	0.8650	-1.827327	0.3210
ΔROAi, t	0.7253	0.5470	-0.1635926	0.8230
PL / Mi, t	0.6112	0.0340	-0.0056626	0.9370
PIBt	-0.5230	0.2500	0.0136154	0.9390
DIMPEi, t-1	-0.0073	0.9050	-0.0754658	0.1510
ALAi,t	2.0334	0.0410	0.8806873	0.0690
TAMi,t	-0.0365	0.0020	-0.0036696	0.6550
DCEOIMi,t	0.0000	0.4150	6.41E-09	0.0070
CEOFMi, t	-0.8728	0.3660	-1.051723	0.1100
DIND	-0.4010	0.5170	-0.2177675	0.5940
_CONS	-0.4375	0.4500	0.7131886	0.0220
Pseudo R^2	0.1362		0.1366	
LR: 29,71 **			LR: 41.28 **	
** (Significativo a 5%)			** (Significativo a 5%)	

Fonte: Elaborada pelas autoras

A verificação da tabela 10, dada anteriormente, permite verificar que são significativas ao nível de 5% de significância as seguintes variáveis na sub-amostra de governança corporativa moderada PL/M, ALA, TAM, DCEOIM. Analisando a significância em relação à sub-amostra diferenciada, verifica-se que as seguintes variáveis são significativas: ALA (a 5% de significância), DCEOIM (a 1% de significância) e a constante que apresentou significância a 5%. Apesar da significância das variáveis, anteriormente citadas, não se pode analisar o modelo, para isso é necessário que se obtenha os efeitos marginais de cada variável independente sobre a variável resposta.

Tabela 11: Efeitos Marginais sobre o *Impairment para as sub-amostras*.

ΔVENDAi, t	GCModerada	GCDiferenciada
ΔFCOi, t	-0.0097	-0.0471373
DPREIMPi, t	0.0248	-0.4354077
ΔROAi, t	0.0404	-0.0393775
PL / Mi, t	0.0427	-0.0013493
PIBt	-0.0366	0.0032442
DIMPEi, t-1	-0.0005	-0.0179817
ALAi,t	0.0939	0.1918915
TAMi,t	-0.0026	-0.0008744
DCEOIMi,t	0.0000	1.53E-09
CEOFMi, t	-0.0757	-0.2552089
DIND	-0.0247	-0.0509543
CONS	-0.0273	0.1710

Fonte: Elaborada pelas autoras

A observação da tabela de efeitos marginais permite verificar que uma variação de 0,1 em ΔFCOi,t determina uma redução de 0,00097 na probabilidade da empresa relatar a perda (*impairment*) para as amostras e governança moderada e 0,0471373 para as amostras de governança diferenciada. De forma geral, as variáveis que apresentam um efeito de redução da probabilidade das empresas com governança moderada a relatar a perda são: ΔFCOi,t, TxPIBt, DIMPEi, t-1, TAMi,t, CEOFMi, t, DIND. Já para as empresas com governança corporativa diferenciada as variáveis que apresentaram relação negativa foram ΔFCOi,t, DPREIMi,t, ΔROAi,t, PL/Vm, DIMPEi, t-1, TAMi,t, CEOFMi, t, DIND.

A tabela também demonstra as variáveis com efeitos positivos, ou seja, uma variação de 0,1 unidade na variável DPREIMi,t, provoca uma variação, por exemplo, de 0,0248 na probabilidade de a empresa relatar a perda para as empresas de governança moderada. Seguindo esse comportamento, estão as variáveis ΔROAi,t, PL/Vm, ALAi, t-1, CEOIM. Já para aquelas de governança diferenciada estão PIBt, ALAi, CEOIMi.

Desta forma, torna-se perceptível que as variáveis que as associações ente os fatores econômicos (ou seja, ΔVENDAi, t, ΔFCOi, t, DPREIMPi, t, ΔROAi, t, PL / Mi, t e PIBt) e perda por *impairment* (ou seja, DIMPEi, t) não foram mais fortes para a sub-amostra de governança diferenciada do que para a sub-amostra de governança moderada, inclusive não apresentando nenhuma variável econômica significativa. Assim, refutando a hipótese 1. Por outro lado, a hipótese 2, o qual sugere que as associações entre as variáveis de incentivo de contratação (ALAi, t, TAMi, t, CEOIMi, t e CEOFMi, t) e perda de por impaiment (ou seja, DIMPEi, t) são mais fracas para a sub-amostra de governança diferenciada do que para a sub-amostra de governança moderada, foi possível confira-la para as variáveis ALAi, t, TAMi, t, CEOIMi, t.

Tabela 12: Classificação modelo Logit para a sub amostra de governança corporativa moderada

Situação	Classificação do Modelo		Classificação
	Relata a perda	Não relata a perda	
Relata perda	3	1	0.0137
Não relata a perda	33	255	0.9863
Percentual de classificação correta 88.36%			

Fonte: Elaborada pelas autoras

A análise da Tabela 12, que relata a classificação Logit para a sub amostra de governança corporativa moderada, permite verificar a expectativa de predição do modelo ou o percentual de classificações corretas feitas pelo modelo ajustado é de 88,36%. Das 256 observações referentes ao não relato de perda o modelo classificou corretamente 98,63% das empresas. No que se refere ao relato de perdas o modelo classificou corretamente 1,37% das 36 observações. A tabela 13, já relata a classificação Logit para a sub amostra de governança corporativa diferenciada apresentando um percentual de classificações corretas feitas pelo modelo ajustado de 73,01%. Das 138 observações referentes ao não relato de perda o modelo classificou corretamente 77,43% das empresas. No que se refere ao relato de perdas o modelo classificou corretamente 22,57% das 12 observações.

Tabela 13: Classificação modelo Logit para a sub amostra de governança corporativa diferenciada

Situação	Classificação do Modelo		Classificação
	Relata a perda	Não relata a perda	
Relata perda	39	12	0.2257
Não relata a perda	49	126	0.7743
Percentual de classificação correta 73.01%			

Fonte: Elaborada pelas autoras

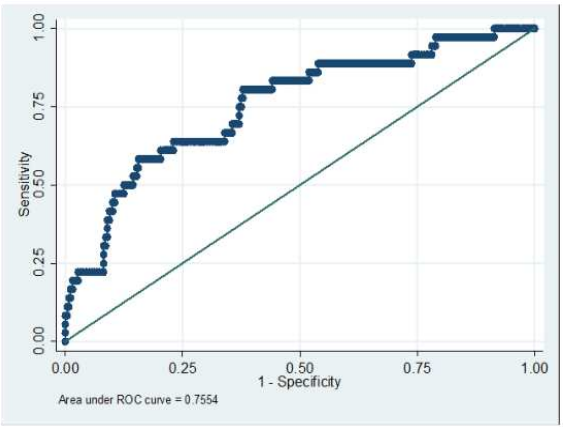
A figura 2, evidenciada a acima, apresenta o a curva para a verificação de ajuste dos dados ao modelo Logit utilizado no estudo para as sub-amostras de governança moderada. A sensibilidade do modelo é de 1,37% e a especificidade é igual a 98,63%. Já a figura 3 apresenta a curva para verificar os ajustes dos dados ao modelo Logit para a governança diferenciada.

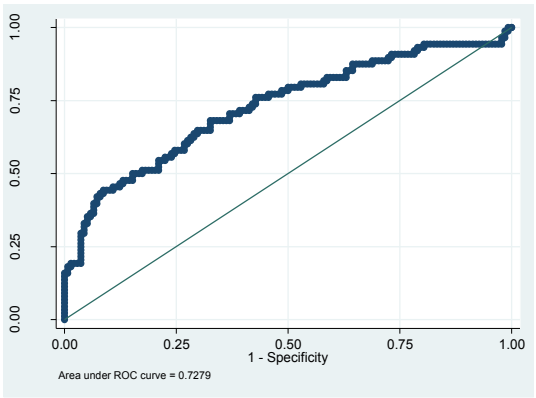
A análise da Figura 2 permite inferir que o modelo proposto se adéqua aos dados da presente pesquisa, uma vez que a curva de ROC o que se verifica pela curva de ROC dada na figura. Quanto maior a capacidade preditiva do modelo proposto maior a área sob a curva. Na amostra de governança moderada o modelo desse estudo a área sob a curva é de 0, 7554 o que sugere que o Logit se ajusta aos dados do estudo. Já para a amostra de governança diferenciada a área sob a curva 72,79%.

Figura 2: Gráficos de Ajuste do Modelo Logit – ROC para as sub-amostras de governança corporativa moderada.

.

Figura 3: Gráficos de Ajuste do Modelo Logit – ROC para as sub-amostras de governança corporativa diferenciada.





5. CONCLUSÃO

Este artigo buscou investigar se as associações entre perda de *impairment* do ágio e as proxies para a indicadores econômica e incentivos contratuais dependem e, em que grau, da força da governança corporativa das empresas não financeiras pertencentes ao índice IBrX100 da B3. A amostra foi composta por 518 observações e abrangeu o período 2011 a 2016.

A governança corporativa poderá desempenhar um importante papel de monitoramento para assegurar que o regime de redução do valor recuperável reflita a realidade econômica, já que, as empresas na ausência da capacidade de reconhecer o ganho crescente e a perda reversa de *impairment* do goodwill, e na presença de incentivos contratuais, podem ser relutantes em reconhecer os riscos negativos (Kabir e Rahman, 2016). Neste contexto, ao utilizar a técnica de regressão logística obtiveram-se evidências de que as associações entre a perda de *impairment* do e os fatores econômicos variam de acordo com a força da governança corporativa. Assim, ao ser analisado a amostra toda e, independente das forças de governança corporativa, foi possível identificar que o a variável ROAi,t; D-IMPEi,t-1; ATi,t são significativas positivamente, e a ALAi,t foi significativas negativamente.

Os dados obtidos no trabalho não permitiram validar a hipótese que sugeria associações entre fatores econômicos e perda por *impairment* são mais fortes para a sub-amostra de governança diferenciada do que para a sub-amostra de governança moderada, o que nos impede de concluir que a governança corporativa influencia para que o regime de redução do valor recuperável reflita a realidade econômica como apresentado por Chalmers *et al*. (2011) e Kabir e Rahman (2016). Contudo as variáveis de incentivo contratual foram significativas e fortes para as empresas de governança corporativa moderada comparada aquelas com aquela com governança corporativa diferenciada. Sendo que, a variável alavancagem apresentou efeitos positivos ao passo que uma variação de 0,1 unidade na alavancagem, provoca uma variação de 0,0939 no relato de perda de *impairment.* Já a variável tamanho, apresentou efeitos negativos, sendo que uma variação de 0,1 em tamanho determina uma redução de 0,00026 na probabilidade da empresa relatar a perda (*impairment*).

Entretanto, é necessário destacar que o presente estudo apresentou como limitação o pequeno número de observações apresentada na amostra, já que se utilizou do índice IBrX100, o qual apresenta 100 empresas com maiores ativos daquelas listada na BM&FBovespa, o que pode ter ocasionado que variáveis relevantes ao modelo tenham sido consideradas irrelevantes devido ao recorte amostral. Assim, para as pesquisas futuras sugere-se que seja feita uma abordagem expandindo para todas as empresas listas da Bolsa de valores do Brasil. Além disso, poderia se compara os resultados dos impactos da governança corporativa entre as associações dos fatores econômicos de perda de *impairment* do ágio e incentivos contratuais entre os mercados desenvolvidos e subdesenvolvidos, visto que, os mercados são distintos os impactos podem ser diferentes.

REFERÊNCIAS

Abbott, L. J., Parker, S., & Peters, G. F. (2004). Audit committee characteristics and restatements. Auditing: A Journal of Practice & Theory, 23(1), 69-87.

Ahmed, A. S., & Duellman, S. (2007). Evidence on the role of accounting conservatism in corporate governance. Journal of Accounting and Economics, 43(2-3), 411-437.

Alvares, E., Giacometti, C., & Gusso, E. (2008). Governança corporativa: um modelo brasileiro.

Andrade, A., & Rossetti, J. P. (2004). Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. In Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. Atlas.

Antunes, M. T. P., Grecco, M. C. P., Formigoni, H., & Neto, O. R. M. (2012). A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. Revista de Economia e Relações Internacionais, 10(20), 5-19.Baber *et al*., 2012;

Baber, W. R., Gore, A. K., Rich, K. T., & Zhang, J. X. (2013). Accounting restatements, governance and municipal debt financing. Journal of Accounting and Economics, 56(2), 212-227.

Beatty, A., & Weber, J. (2006). Accounting discretion in fair value estimates: An examination of SFAS 142 goodwill *impairment*s. Journal of Accounting Research, 44(2), 257-288.Becker *et al*., 1998;

Biancolino, C. A., & Aramayo, P. D. (2003). Goodwill & *impairment* test: considerações sob a luz do US GAAP. ENCONTRO DA ANPAD, XXVII.Blokdijk *et al*., 2006;

Brown, P., Beekes, W., & Verhoeven, P. (2011). Corporate governance, accounting and finance: A review. Accounting & finance, 51(1), 96-172.

Cheng, E. C., & Courtenay, S. M. (2006). Board composition, regulatory regime and voluntary disclosure. The international journal of accounting, 41(3), 262-289.;

COMITÊ, D. P. C. (2010). Pronunciamento Técnico CPC 04–Ativo Intangível. < http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35 > Acessado em, 10, 12.

CVM - Valores Mobiliários, C. C. (2002). Recomendações da CVM sobre governança corporativa. Rio de Janeiro.

Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1996). Causes and consequences of earnings manipulation: An analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC. Contemporary accounting research, 13(1), 1-36.

DeZoort, F. T., & Salterio, S. E. (2001). The effects of corporate governance experience and financial-reporting and audit knowledge on audit committee members' judgments. Auditing: A Journal of Practice & Theory, 20(2), 31-47.

Ding, Y., Zhang, H., & Zhang, J. (2007). Private vs state ownership and earnings management: evidence from Chinese listed companies. Corporate Governance: An International Review, 15(2), 223-238.

DUBEUX, R. R. (2001). O novo mercado da Bovespa e a governança corporativa. 2001. 116 f (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas-

concentração: contabilidade, Finanças e Controle)–Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo).

Elliott, J. A., & Hanna, J. D. (1996). Repeated accounting write-offs and the information content of earnings. Journal of accounting research, 135-155.

Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. Journal of accounting and economics, 31(1), 255-307.Francis e Wang, 2008;

Francis, J., & Schipper, K. (1999). Have financial statements lost their relevance?. Journal of accounting Research, 37(2), 319-352.

Gabriel, F. (2011). Impacto da adesão às práticas recomendadas de governança corporativa no índice de qualidade da informação contábil (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Godfrey, J. M., & Koh, P. S. (2009). Goodwill *impairment* as a reflection of investment opportunities. Accounting & Finance, 49(1), 117-140.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). Teoria da contabilidade; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 277-297.

IFRS Foundation. Use around the world: analysis of the IFRS jurisdiction profiles. Disponível em: < http://archive.ifrs.org/Use-around-the-world/Pages/Analysis-of-the-IFRS-jurisdictional-profiles.aspx >. Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

Iudícibus, S. D., Martins, E., Gelbcke, E. R., & Santos, A. D. (2010). Manual de contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 792(3).

Kabir, H., & Rahman, A. (2016). The role of corporate governance in accounting discretion under IFRS: Goodwill *impairment* in Australia. Journal of Contemporary Accounting & Economics, 12(3), 290-308.

Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. Journal of accounting and economics, 33(3), 375-400.

Acesso em 05/10/2014. Larson, R. K., & Street, D. L. (2006). The roadmap to global accounting convergence. The CPA Journal, 76(10), 36.

Martins, G. D. A., & Theóphilo, C. R. (2009). Metodologia da Investigação Cientifica. São Paulo: Atlas.

McMullen, D. A., & Raghunandan, K. (1996). Enhancing audit committee effectiveness. Journal of Accountancy, 182(2), 79.

Meeting, D.T; Luecke, R. W. (2002). Asset *impairment* and disposal. Journal of Accountancy, 193(3), 49.Myers (2001)

Nelson, M. W., Elliott, J. A., & Tarpley, R. L. (2002). Evidence from auditors about managers' and auditors' earnings management decisions. The accounting review, 77(s-1), 175-202.

OECD. OECD principles of corporate governance.Paris, 2004

Peasnell, K. V., Pope, P. F., & Young, S. (2005). Board monitoring and earnings management: Do outside directors influence abnormal accruals?. Journal of Business Finance & Accounting, 32(7-8), 1311-1346.

Pourciau, S. (1993). Earnings management and nonroutine executive changes. Journal of accounting and economics, 16(1), 317-336.

Watts, A. C., Perry, J. H., Smith, S. E., Burgess, M. A., Wilkinson, B. E., Szantoi, Z., ... & Percival, H. F. (2010). Small unmanned aircraft systems for low-altitude aerial surveys. Journal of Wildlife Management, 74(7), 1614-1619.

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Proposta de mensuração de ativos imobilizados por meio do fair value e do *impairment* test. In Anais do 6º Congresso de Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

Riedl, E. J. (2004). An examination of long-lived asset *impairment*s. The Accounting Review, 79(3), 823-852.

Santos, J. L. D., Schmidt, P., & Machado, N. P. (2003). Teste de" *impairment*" para ativos de longa duração: tratamento contábil de acordo com o SFAS nº 144. Contexto. Porto Alegre, RS. Vol. 3, n. 5 (2. sem. 2003), p. 99-121.

Santos, P. S. A., Dani, A. C., & Klann, R. C. (2015). Concentração de propriedade e o *impairment* loss sobre o goodwill: investigação empírica no contexto das companhias abertas brasileiras. Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión, 23(1).

Schmidt, P., & dos Santos, J. L. (2009). Avaliação de ativos intangíveis: goodwill, capital intelectual, marcas e patentes, propriedade intelectual, pesquisa e desenvolvimento. Atlas.Scott, 1997;

Seetharaman, A., Sreenivasan, J., Sudha, R., & Ya Yee, T. (2006). Managing *impairment* of goodwill. Journal of Intellectual Capital, 7(3), 338-353.

Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1997). A survey of corporate governance. The journal of finance, 52(2), 737-783.

Silveira, A. D. M. (2010). Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. Elsevier.

Vogt, M., Sulzbach Pletsch, C., Morás, V. R., & Klann, R. C. (2016). Determinantes do Reconhecimento das Perdas por *Impairment* do Goodwill. Revista Contabilidade & Finanças-USP, 27(72).

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). Positive accounting theory.

Xie, B., Davidson, W. N., & DaDalt, P. J. (2003). Earnings management and corporate governance: the role of the board and the audit committee. Journal of corporate finance, 9(3), 295-316.Zang, 2008